

INADIMPLÊNCIA, EXCESSO DE OFERTA DE VAGAS OU ORÇAMENTO FAMILIAR INCOMPATÍVEL?

Luiz Carlos dos Santos

Antes de adentrar a questão central do texto, vale indagar: a Universidade ou Instituição similar deve ser a meta de todos os jovens? A realização técnico-profissional só é efetivada a partir de um título de graduação? O mercado de trabalho prefere portadores de titulação superior? Não há espaço ocupacional para egressos de cursos técnicos em nível médio?

Recentemente, um Jornal de maior circulação no Norte e Nordeste do País trouxe à baila o assunto inadimplência em Instituições Privadas na cidade de Salvador. Reitores e Diretores dessas entidades deram seus depoimentos, registrando-se, em alguns estabelecimentos o percentual de 45% da referida inadimplência nas prestações, com reflexos negativos para os docentes que não recebem os seus salários regularmente, às vezes, com um atraso ultrapassando dois meses, mesmo considerando que a legislação em vigor prevê que os salários devam ser pagos até o quinto dia do mês subsequente.

Voltando-se às indagações iniciais desta, entende-se que a Universidade não deva ser o único caminho para o egresso de educação básica, do ensino médio. O cenário internacional tem dado mostra de que grande parcela da população consegue ter uma vida digna desempenhando funções ou atividades técnicas, sem necessariamente ter formação superior. As políticas públicas voltadas à educação podem e devem promover a iniciação ao trabalho para o atendimento dos cidadãos, envolvendo os três setores da economia, de forma harmônica e efetiva.

Por outro lado, o próprio o Sistema Nacional de Educação, através do Ministério da Educação (MEC) vem concedendo autorização para funcionamento de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação, em todo o país, num quantitativo exacerbado, levando-se em consideração indicadores incompatíveis com o orçamento médio familiar de classes da população brasileira. Tome-se como exemplo, o crescente número de autorizações para funcionamento de instituições e cursos na cidade de Salvador nos últimos cinco anos. Em algumas áreas / bairros soteropolitanos há faculdades ou congêneres em cada esquina. O Processo Seletivo Vestibular em muitos dos estabelecimentos simplesmente funciona para organizar e divulgar a lista dos cursistas e, muitos cursos ofertados não têm turmas

preenchidas, porque não houve concorrentes em número suficiente, de acordo com o limite aprovado no Projeto Pedagógico do Curso.

Verificam-se, então, pais desesperados, endividando-se para colocar os filhos nas faculdades, sem a mínima condição de mantê-los até a integralização curricular. O sonho da Universidade termina às vezes no primeiro semestre letivo. Alguns até conseguem renegociar ou rolar a dívida por mais algum tempo, sacrificando a família no atendimento de outras demandas, inclusive afetando o nível alimentar.

Observa-se que o Financiamento Estudantil (FIES), ProUni, Programa Faz Universitário, dentre outras ações governamentais (federais e estaduais) não são suficientes para atender a todos os menos favorecidos, de fato, que ingressam nas Universidades, Centros Universitários ou Faculdades Isoladas. Muitos dos contemplados com os citados programas não são, necessariamente, os que deveriam ser assistidos. Tem-se como resultado dessa avalanche de Instituições e cursos: vagas ociosas; evasão escolar; inadimplência e desespero de pais e alunos; atraso no pagamento de salários dos docentes; falta de recomposição das perdas de remuneração dos professores e substituição de mestres e doutores por especialistas como forma de reduzir a folha salarial.

Enquanto conclusão dessas ligeiras notas pontua-se o que se segue para reflexão - urge que se pense numa modificação do atual quadro do ensino superior do país.